



Sara Pereira (Org.) (2011)  
*Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"*  
25-26 Março 2011, Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
ISBN 978-989-97244-1-9

---



*PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS*

*Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares*

## **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

**Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"**

**Dia 26 de Março, pelas 17h30**

**Campus de Gualtar da Universidade do Minho, Braga**

Começo por saudar o grupo informal de reflexão sobre literacia para os media em Portugal, organizadores deste primeiro Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania", pelo trabalho realizado e pela qualidade científica de que esta iniciativa se revestiu. Permitam-me que destaque o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, pelas tarefas redobradas que assumiu enquanto anfitrião do evento e pelo excelente acolhimento que proporcionou aos congressistas.

A promoção da literacia para os media ocupa cada vez mais as autoridades responsáveis pelas políticas públicas no domínio da comunicação social, quer a nível da União Europeia, quer do Conselho da Europa, quer ainda a nível nacional.

Em democracia, o objectivo e a razão de ser das políticas públicas na área da comunicação social consistem em assegurar um enquadramento legal e material favorável ao pleno exercício da liberdade de expressão e de informação e à manifestação do pluralismo e da diversidade cultural.

O desenvolvimento dos novos serviços de comunicação e informação à escala global, em particular a Internet, fez aumentar exponencialmente o acesso à informação e comunicação de massas, proporcionando oportunidades muito positivas para esses fins.

Em Portugal, consciente dos desafios que o país e o mundo enfrentam e empenhado em colocar o país na linha da frente no que diz respeito à Agenda Digital, desde 2005 que este Governo, no quadro do Plano Tecnológico, tem vindo a realizar um esforço continuado de investimento em conhecimento, tecnologia e inovação, com resultados que permitiram ao País convergir fortemente

com a média europeia nos indicadores internacionais sobre o uso e generalização das chamadas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Falo-vos das medidas que permitiram que uma grande maioria da população - e não apenas os mais favorecidos - pudessem pela primeira vez, e cedo no seu percurso escolar, ter acesso a equipamentos como um computador (através do Programa e-escola) ou beneficiassem de infra-estruturas de ponta em matéria de redes de comunicação, permitindo o acesso à internet banda larga.

Contudo, não podemos porém deixar de reconhecer que, a par destas oportunidades, geraram-se novos riscos para os indivíduos e as sociedades democráticas.

Para dar alguns exemplos:

- os contornos que antes permitiam detectar com clareza a fronteira entre comunicações privadas e comunicação de massas diluem-se, em certos casos, no ambiente digital;
- as normas deontológicas e os códigos de conduta elaborados no passado para a imprensa e radiodifusão, permanecendo embora válidos nos seus princípios, afiguram-se por vezes de difícil aplicação - ou, mais precisamente, de quase impossível imposição - aos novos meios de comunicação de massas, como por exemplo a Internet;
- a credibilidade da imensa quantidade de informação disponibilizada pelos novos média nem sempre é facilmente verificável;
- as normas legais comumente aceites sobre protecção de menores, pornografia, representação da violência, publicidade ou direitos de autor e direitos conexos são permanentemente desafiadas pelo âmbito global destes novos serviços.

O esbatimento da percepção da fronteira entre *produtores* e *consumidores* de conteúdos mediáticos, a enorme fragmentação da oferta e da procura de conteúdos, a mudança de paradigma das comunidades, que cada vez mais se estabelecem em função, não da vizinhança e da proximidade espacial ou geográfica, mas da partilha de interesses e grupos de interesses, colocam desafios dia a dia mais exigentes às políticas públicas e à regulação.

Face a esses desafios, o envolvimento dos agentes sectoriais em iniciativas de auto e co-regulação em defesa de valores e princípios fundamentais revela-se, sem dúvida, absolutamente incontornável no ambiente digital.

Todavia, por muito que se consiga alcançar por via da regulação, na sua tripla vertente - hetero, auto e co-regulação -, esta constitui apenas uma faceta da resposta que as sociedades democráticas devem ser capazes de encontrar para este tipo de problemas.

O exercício pleno da cidadania garante-se, sobretudo, pela participação activa, consciente e responsável dos cidadãos. Promover uma tal participação constitui a segunda frente de combate que as políticas públicas não podem deixar de assumir na área da comunicação social.

Como estimular os cidadãos a tomarem consciência de que as mensagens com que são diariamente confrontados podem filtrar a sua percepção da realidade, moldar os seus gostos e crenças e influenciar as suas escolhas pessoais? Como compatibilizar o pleno exercício das liberdades de expressão e de informação com a segurança pública, a fiabilidade da informação, a protecção dos menores e das pessoas vulneráveis e os direitos à imagem, à honra, ao bom nome e à privacidade?

É em resposta a estas questões que a literacia para os media assume particular relevância. O seu objectivo é ajudar os cidadãos a adquirirem competências que os habilitem a um uso crítico, activo e esclarecido dos meios de comunicação social, de modo a transformá-los em consumidores e produtores de informação responsáveis.

Portugal tem manifestado o seu empenho no desenvolvimento de políticas coerentes e de programas de acção continuados que visem incrementar nos seus cidadãos a consciência cívica, a autonomia crítica e as capacidades necessárias para as expressar.

Em prossecução destes objectivos, o GMCS, a Comissão Nacional da UNESCO, o Conselho Nacional da Educação, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, enquanto instituições preocupadas com a questão da literacia para os media em Portugal, constituíram um grupo informal com o objectivo de estudar iniciativas que congreguem esforços nos sentidos da identificação da intervenção já existente, do aprofundamento da investigação sobre a temática e da definição de políticas a aplicar a curto prazo, designadamente a nível educativo e do domínio dos novos media.

Uma das primeiras iniciativas deste grupo de reflexão foi a da construção do Portal denominado "Literacia Mediática", que se pretende um espaço de referência em termos de partilha de conhecimentos, de debate e de alojamento de projectos no âmbito das várias vertentes de análise crítica e uso esclarecido e criativo do universo mediático tradicional e digital.

Em cumprimento do previsto no Plano de Actividades do GMCS para 2010, o Portal "Literacia Mediática" encontra-se online desde o dia 31 de Outubro do ano passado.

O congresso nacional que agora se encerra constituiu a segunda grande iniciativa do grupo informal de reflexão sobre literacia para os media em Portugal.

A receptividade com que o congresso foi acolhido, expressa na participação activa dos diversos sectores mais directamente interessados na temática da literacia para os media, bem como os notáveis contributos científicos que aqui foram apresentados e discutidos, são sinais muito positivos de que a sociedade portuguesa está desperta para os desafios que se lhe colocam nesta matéria.

Estou certo de que este congresso constituiu, não só um marco incontornável, como sobretudo um estímulo colectivo que permite encarar com determinação e confiança o muito que há a fazer para a promoção da literacia para os media em Portugal.

As minhas últimas palavras são por isso de encorajamento às entidades integrantes do grupo informal sobre literacia para os media, para que prossigam no caminho promissor que vêm trilhando e continuem a lançar novos projectos, não deixando que a dinâmica criada, para a qual tanto contribuíram, desvaneça com a conclusão deste congresso.

O Ministro dos Assuntos Parlamentares

*Jorge Lacão*